

PRÁTICAS EDUCATIVAS E CULTURAIS NA CAPITANIA DE MATO GROSSO (1748-1822): PERSPECTIVA DOS ANNAIS DE VILA BELA E DE CUIABÁ³¹

*EDUCATIONAL AND CULTURAL PRACTICES IN CAPITANIA
THE MATO GROSSO (1748-1822): PERSPECTIVE OF THE
ANNALS OF VILLA AND BELA CUIABÁ*

Nileide Souza Dourado³²

RESUMO: O presente estudo se insere no âmbito da História da Educação e da História Cultural, que objetiva, ao lado da educação formal, traçar um panorama mais amplo do processo educativo no cenário colonial de Mato Grosso, através da identificação de práticas sociais e culturais cotidianas de homens e mulheres, em especial na Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá e em Vila Bela da Santíssima Trindade (Vila Capital), fundamentais para caracterizar a Capitania e o seu lugar no *mundo civilizado* e colonial.

Palavras-chave: História da Educação. Práticas Educativas. Mato Grosso Colonial.

ABSTRACT: The present study falls within the History of Education Culture and History, which aims at the side of formal education, to draw a broader picture of the educational process in the colonial setting of Mato Grosso by identifying social and cultural practices of everyday men and women, especially in Villa Royal Bom Jesus of Cuiaba Villa Bella and the Holy Trinity (Capital Town), essential to characterize the captaincy and his place in the civilized world and colonial.

Keywords: History of Education. Educational Practices. Mato Grosso Colonial.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, que objetiva estabelecer uma discussão em torno da tese que estou elaborando no campo da História da Educação, procura alargar os conceitos de instrução e escolarização, de forma a abarcar não só a educação formal, mas todos os

espaços onde as manifestações de aprendizagem que se estabeleceram no interior da sociedade colonial de Mato Grosso.

Enxergo esses espaços, lugares de constituição e apropriação de saberes e fazeres educacionais da população da capitania de Mato Grosso, em especial, da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá

e de Vila Bela da Santíssima Trindade (Vila Capital), no período em questão, pela ótica de Sérgio Buarque de Holanda, na sua definição de *sertão e fronteira*³³ - Vila de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade - lugares que se constituíram nos séculos XVIII e XIX, a princípio, “[...] as únicas repartições de fixação e de enraizamento edificado, ou seja, ambientes recheados de movimentos, mudanças, com intensa circulação de informações e de plural oralidade das línguas, fazeres e refazer de escritas, inovações, 'alterações' da natureza, interação econômica e de 'alteridades'” (ROSA, 2003, p. 11).

Espaço de invenção cotidiana, a Vila de Cuiabá, pertencente à Baixada Cuiabana, região da bacia do Alto Rio Paraguai, cujo núcleo principal era “[...] a Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, foi criada pelo Governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, em 1º de janeiro 1727, e descoberta no ano de 1719, pelos bandeirantes paulistas que, nas margens do Córrego da Prainha, encontraram ouro.” (SIQUEIRA, 2002, p. 36).

Já o lugar, denominado de Mato Grosso, situado na bacia do Alto Guaporé, foi “[...] o espaço desbravado pelos irmãos Paes de Barros (paulistas), a partir do ano de 1734, os quais adentraram à região onde descobriram as lavras auríferas: no Rio Galera; de Santana; de Brumado, de Santana e São Francisco Xavier e Minas do Alto Paraguai”. Portanto, foi essa efetiva movimentação que ensejou, no ano de 1752, a fundação da primeira capital de Mato Grosso, *Vila Bela da Santíssima Trindade*, a Vila-Capital, que veio a se tornar o principal aglomerado urbano, visto ser a sede da coroa portuguesa no extremo Oeste, região mais ocidental do Brasil.” (SIQUEIRA, 2002, p. 40).

Além do ouro, essa região teve papel preponderante de povoamento da região à margem direita do rio Guaporé, cuja fixação foi resultado do plano político-

estratégico traçado pelas autoridades de Lisboa para a ocupação da região guaporeana, como garantia dos domínios portugueses fronteiriços com os castelhanos. Essa garantia foi ampliada com ações nas áreas de defesa, política e comércio, através do projeto delineado pelo Marquês de Pombal, que visava a penetração, via rio Guaporé, nos domínios de Castela, atingindo as províncias de Quito, Orenoco e Peru, para contrabandear a prata. Certamente, foi nessas condições que a capitania de Mato Grosso configurou-se também como fronteira viva, dinâmica e extremamente importante na determinação dos territórios das Coroas (Portuguesa e Espanhola) (Idem p. 43-44).

Desse modo, para conseguir incluir esse olhar mais ampliado sobre o processo de aprendizagem nessa região de sertão e fronteira, foram privilegiadas categorias de análise selecionadas com base nos documentos oficiais, nas narrativas de cronistas, estrangeirados e brasileiros, assim como nos escritos variados de letrados da época, produzidos entre meados do século XVIII e início do XIX. Essa literatura avanta e descreve não só o processo de escolarização formal, mas aponta para espaços de transmissão de conhecimento através de mecanismos não formais. Nessa construção, a empiria foi analisada tendo por base um constante diálogo com os autores contemporâneos que tratam do território brasileiro e mato-grossense nos setecentos, procurando sobrelevar a dinâmica educacional da sua população, seja no âmbito escolar, ou não escolar.

Portanto, foco o olhar no movimento que promoveu a criação da capitania de Mato Grosso, desmembrada da de São Paulo, através da Carta Régia de D. João V, de 9 de março de 1748, nomeando para governá-la, um nobre lusitano, D. Antônio Rolim de Moura. Tal demarcação pareceu-me válida, já que pretendo

reconstruir os primeiros tempos da sociedade mato-grossense, especialmente no que diz respeito à *escolarização*³⁴ da sua população, à luz, tanto da compreensão da mentalidade das culturas distintas, embutidas nas práticas sociais, culturais cotidianas e educativas não escolares, quanto na direção desta mentalidade inscrita durante as práticas escolares institucionalizadas³⁵ com a criação das Aulas Régias e dos Estudos Menores (Primeiras Letras e Humanidades³⁶). Portanto, ações fundamentais para a instalação e concretização de um projeto educacional mato-grossense, que tivesse como base *os distintos saberes*.

Todavia, esta baliza não está sendo demarcada rigidamente, mas é flexível para se efetivar retornos e avanços no tempo. Desse modo, um recuo aos finais do XVII, avançando pelo XVIII e os vinte primeiros anos do XIX, se justifica, porque a circulação de ideias fomentadas num determinado tempo é, *a priori*, apropriada e consolidada em outros, ocasião em que se salienta o movimento de renovação intelectual, no que diz respeito aos campos econômico, político e cultural, na perspectiva das correntes filosóficas com circularidade no mundo europeu, constituída no âmbito do embate entre a tradição e a modernidade e entre fé e ciência, ideários que, quando transplantados para outras regiões, no caso brasileiro, em especial para a capitania de Mato Grosso, ganharam novos contornos e adaptações, de acordo com as especificidades regionais. Ainda, em destaque, afiguram-se os embates entre os registros cotidianos dos sujeitos locais, contrapostos aos discursos das elites, autoridades coloniais e europeias, assentados em regras, valores e normas de comportamentos e costumes, elementos que integravam as funções atribuídas às ações civilizadoras; a expulsão dos jesuítas do Brasil e, destaca-se também no campo da instrução pública, as reformas inspiradas no Iluminismo

português, promovidas nos reinos de Portugal nos períodos de governo de D. José I (Reforma pombalina da Instrução Pública); D. Mariana Vitória (Reforma mariana) e D. João VI³⁸ (Reforma Joanina); a instituição do subsídio literário; a chegada da Família Real e os movimentos de Independência do Brasil.

Dessa maneira, a opção do estudo recaiu também sobre os conceitos e categorias elaboradas por Sérgio Buarque de Holanda, Michael de Certeau e Norbert Elias, no que diz respeito aos *saberes, fazeres, comportamentos e a invenção do cotidiano do homem comum*, ambos interessados no entrecruzamento de tradições culturais, na cultura material e nos movimentos de assimilação e apropriação mútua de saberes e fazeres dessas tradições, portanto, aspectos revelados nos movimentos que envolvem os sujeitos sociais a partir de realidades vivenciadas no cotidiano em diferentes espacialidades e temporalidades de Mato Grosso.

Vale relevar que a socialização dos saberes se deu também, através daquelas transplantadas pelos europeus, a exemplo do aprendizado formal da leitura e da escrita ou da gramática, mas também de valores e conhecimentos adquiridos através do aprendizado de noções básicas reveladas no desempenho de ofícios mecânicos, nas artes, na educação doméstica, na intenção de se substituir antigos hábitos e costumes por aqueles revestidos de *civilidade*, tendo por base o *comportamento*, o *exemplo*, a *imitação* o *refinamento de hábitos* e outras modalidades de incorporação do ideário de *civilização*, introduzidos no interior do mundo colonial pelos europeus e numa região de fronteira e sertão, na capitania de Mato Grosso, analisada através do diálogo que com elas os intelectuais brasileiros e mato-grossenses mantiveram frente à problemática da construção de uma identidade regional.

Nessa medida, a pesquisa objetiva, ainda,

evidenciar os diversos mecanismos utilizados no mundo colonial para se educar e instruir a população, assim como apresentar as diversas modalidades de estratégias utilizadas pelo colonizador para aliciar os colonizados ao processo civilizatório, tão desejado pelas elites lusitanas e seus descendentes. De um lado, verifica-se a necessidade de construir, ao longo da extensa fronteira oeste, uma série de estabelecimentos que pudessem garantir os domínios lusos na América. Indaga-se: quem edificou o Forte de Coimbra, no Baixo Paraguai, quem construiu o Forte Príncipe da Beira, edificou a primeira capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila Maria (Cáceres) e outras estrategicamente posicionadas no território mato-grossense?

É na esteira dessas perguntas, que procuraremos identificar, ao lado da educação formal escolarizada, a transmissão dos conhecimentos dos engenheiros e arquitetos mandados vir de Portugal, ou dos centros hegemônicos do Brasil, na instrução e qualificação da mão de obra da fronteira, majoritariamente composta de militares de baixa patente, quase sempre analfabetos que, auxiliados por outros trabalhadores igualmente desqualificados - homens livres, índios e negros - ergueram, com precisão milimétrica, os estabelecimentos que defenderam as possessões lusitanas.

De outro lado, nossa pesquisa procurará apontar outros tipos de aprendizado realizados através dos processos de *imitação* e *coação*, a exemplo das representações teatrais, encenadas por atores retirados das camadas inferiores da sociedade que, ao representarem um universo que não era culturalmente o seu, assumiam, pelo menos momentaneamente, posturas e valores oriundos das camadas superiores. Para além das representações teatrais, os homens comuns procuravam imitar os modos de vestir das

camadas superiores, forma de a elas se aproximar. Tanto é que Fonseca (2008, p.198) revela que “ [...] por educação se entendia desde a preparação para o exercício do ofício até a assimilação da doutrina cristã como meios de ordenar comportamentos e inculcar valores.”

É mister ressaltar que muito antes do estabelecimento das reformas pombalinas no cenário do Brasil colonial, com a criação das aulas régias e a não intervenção direta da escola jesuítica em Mato Grosso, a população da capitania já constituía importantes relações com as práticas educativas culturais. Enquanto hipótese/premissa de investigação é o fato de existirem práticas sociais que podem ser identificadas como educativas/pedagógicas de ordem técnica, que *facilitariam* a escolarização propriamente dita no século XIX. Olhando nesse prisma, mas, contrariando as expectativas da escrita oficial portuguesa, depreende-se também, que a ocupação dessa região não ocorreu no sentido de mera transplantação da civilização europeia, mas foi um processo profundamente marcado pelo encontro de diferentes culturas e pelas condições materiais concretas de vida e de trabalho nessa territorialidade.

Gilberto Luiz Alves (1996, p. 45) revela que nas Vilas de Cuiabá e de Vila Bela da Santíssima Trindade (Vila-Capital), antes dessa época, a existência de raríssimos professores itinerantes, de origem lusitana, para cá deslocados nas próprias viagens dos capitães-generais e de outras altas autoridades, quando partiam da Metrópole com destino à nova capitania.

Para o autor, a função desses professores (instrutores) seria atender aos filhos dos escassos quadros burocráticos e militares portugueses, que se aventuravam a fazer a grande viagem marítima e terrestre com toda a família. Era comum, também por esse tempo, que o funcionário do Estado, a serviço do

governo lusitano, deixasse seus parentes próximos em Portugal, assegurando-lhes uma pensão descontada de seu soldo, o que diminuía consideravelmente o contingente das crianças que se beneficiariam, necessariamente, dos serviços da instrução pública disponíveis em Portugal.

Alves ainda reforça o julgamento, quando diz que a instrução foi uma atividade tardia em Mato Grosso, visto que a iniciativa da Câmara de Vila Bela, levada a cabo em 1755, propôs a regulamentação dos Estudos das Escolas Menores.³⁹ Na sua justificativa, o vereador Francisco Antão não poderia ser mais expressivo:

Como ela (a capitania) já floresceu notoriamente no comércio e na agricultura era certo dessa entrada às Belas Letras que na civilização e na riqueza tivesse a América Portuguesa, ainda nos mais interiores dos certos, em que competisse nos tempos futuros com as cidades da Europa (ANAL de 1775 – Vilas Bela).

Nessa perspectiva, a historiografia da educação vem oferecendo, ao longo dos anos, opções teórico-metodológicas de estudo a partir de novos objetos e temáticas diferenciadas, contribuindo, de certa maneira, para o crescimento de inovadoras abordagens para a pesquisa em História da Educação. Assim, frente ao objeto de pesquisa, novas fontes são privilegiadas, como é o caso dos *Anais* que, de acordo com a literatura arquivística, trata-se de um conjunto documental enquadrado como uma publicação periódica, documentação informativa, oficial, porém, não diplomática.

Este estudo se ampara empiricamente nos dois mais antigos documentos de Mato Grosso, os *Anais de Vila Bela* e os⁴⁰ *Anais do Sennado da Câmara do Cuyabá* .

Ambos⁴¹ enfeixam documentos narrativos, ano a ano, recheados de eventos, memórias e cotidianos da população nativa, lusitana e a africana, que circulou no espaço de Vila Bela da Santíssima Trindade e no da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, no século XVIII.

Para Amado & Caselli (2006, p. 27) *Anais* são um gênero narrativo da história e que possui a seguinte trajetória histórica:

[...] O gênero difundiu-se na historiografia portuguesa, ganhando flexibilidade a partir do século XVI, quando, respeitando-se a ordem cronológica, passou a relatar acontecimentos de forma mais viva e opinativa. O gênero chegou às colônias lusitanas, onde, ao sabor dos diferentes autores e das condições locais, adquiriu características narrativas ainda mais flexíveis, distanciando-se das matrizes europeias, sobretudo quando seus autores eram nativos das colônias. Na América Portuguesa, os anais foram um modo de narrar bastante difundido, especialmente para os feitos ocorridos em uma ou mais capitania [...].

Portanto, os *Anais* de Vila Bela da Santíssima Trindade (1734 -1789) narram a história do Mato Grosso da segunda metade do século XVIII – visto ter sido Vila Bela sua primeira capital –, num crescente cronológico que envolve diversas temáticas. Porém, ao contrário do que muitos pensam, ele não é um documento inocente, mas contém uma versão oficial dos fatos narrados, cujos relatos estão impregnados de avaliações e julgamentos, além das omissões consideradas “necessárias”. Todavia, outros documentos serão compulsados e cotejados com estes *Anais*, sempre na perspectiva de ampliar, contestar, reforçar ou explicar os discursos oficiais seja da elite lusitana, ou da nativa com relação à constituição e evolução da dinâmica humana nessas espacialidades.

Registros de Memória

Anais de 1770 – Vila Bela.

[...] *Era esse quilombo muito antigo [...] Teve rei e rainha. O rei era falecido há anos. Por seu falecimento, ficou a rainha governando, com poder tão absoluto [...] Chamavam esta muito intitulada rainha “Teresa”. Era de nação Benguela, escrava do capitão Timóteo Pereira Gomes. [...] Governava-se esse quilombo a modo de parlamento, tendo para o conselho uma casa destinada, para a qual em dias assinalados de todas as semanas, entravam os deputados, sendo o de maior autoridade, tido por conselheiro, José Piolho, escravo da herança do defunto Antônio Pacheco de Moraes [...] A maldita rainha de quem temos tratado, não ocasião em que se abalrou o quilombo, mandou os seus que pegassem em armas e tudo matassem. Alguns de seus súditos assim o fizeram, acudindo à voz e pegando em armas; mas não puderam usar delas pela força que viram contra si. Tomaram por melhor acordo retirarem-se fugitivos ao mato. Nessa retirada, foi também a rainha, conduzida por José Cavallo, escravo do sargento-mor Inácio Leme. Era esse negro capitão-mor do quilombo e, entre o mais, tido por mais valoroso [...] Na apressada fuga em que foram no saltar de um riacho se estrepou aquela desafortunada rainha “Teresa” (Quilombo do Piolho) em um pé, isso a tempo que já os soldados iam sobre ela, por terem visto. Com facilidade a prenderam e trouxeram ao quartelamento, onde estava o sargento - mor. Posto aí em prisão, à vista de todos aqueles a quem governou naquele Reino, lhe diziam estas palavras injurias, de forma que envergonhada, se pôs muda ou, para melhor dizer, amuada. Em poucos dias expirou de*

pasmo (estupefato). Morta ela, se cortou a cabeça e se pôs no meio da praça daquele quilombo, em um alto poste, onde ficou para memória e exemplo dos que a vissem. [...]. (Anal de 1770).

Os registros de memória contidos no conteúdo da narrativa descrita pelo segundo vereador da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade (Vila-Capital), no governo do Visconde de Balsemão, capitão-general, Luiz Pinto de Souza Coutinho, junto aos Anais de Vila Bela/Anais de 1770, apontam indícios de uma *educação para civilizar*, cujo aprendizado está associado especialmente ao comportamento e costumes, ambos sustentados nas regras e discursos das autoridades coloniais, principalmente, para os escravos e os homens livres pobres, os mestiços e fugitivos e prisioneiros, tidos potencialmente como perigosos, mas passíveis de se tornarem súditos obedientes às ordens reais.

Desse modo, interessava às autoridades, sobretudo, fixar exemplos edificantes para os povos mediante a imitação e o exemplo, práticas pedagógicas não formais. Uma vez que entre a camada humilde difundiu-se o aprender-fazendo, aspecto relevante na luta pela sobrevivência, esse setor da sociedade adquiria os rudimentos necessários para garantir a subsistência e reproduzir papéis que lhes eram reservados numa sociedade quase estamental, onde a mobilidade era praticamente impossível, mas a todos exigia-se um mínimo de civilidade.

Nessa medida, aqueles que se circunscreviam ao espaço da barbárie deveriam, ao menos, manter, na aparência e no conviver cotidiano com as elites, um comportamento aceitável e minimamente civilizado. Esse aprendizado, mesmo que rudimentar, se aprendia imitando, observando e copiando, mas que se

apresentava como necessário para um convívio harmonioso. Assim, negros e índios escravos⁴² que almejavam sobreviver fora da ordem colonial, a exemplo da *rainha Teresa de Benguela*, procuravam aprender as múltiplas formas de rebeldia e de microrresistências que fundam microliberdades, com a intenção de deslocarem as fronteiras da dominação. Assim, sua resistência, de acordo com o texto documental, tenta vencer o silêncio imposto pela ordem, o que pode ser analisado na perspectiva de Michel de Certeau (1994, p. 94) quando argumenta que “[...] *muitos subvertiam as ordens a partir de dentro – não rejeitando-as ou transformando-as, mas por cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não podia fugir[...]*”, ou seja, eles metaforizavam a ordem dominante, faziam-na funcionar em outro registro, com *táticas* ao seu jeito. Aqueles que, mesmo desqualificados, conviviam com a “boa sociedade”, deveriam manter um comportamento até certo ponto civilizado, polvilhado de hábitos e costumes retirados dos valores presentes no universo das elites, porém necessários para um convívio até certo ponto harmonioso.

O primeiro governante da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura (1751-1765), em nome do poder metropolitano, passou a promover uma arrojada política de povoamento, voltada não apenas para os indígenas, mas também, para colonos, oferecendo uma série de privilégios e concessões aos que se dispusesse a habitar a capital e seus arredores, região ainda despovoada e de poucos atrativos. Segundo as fontes empíricas e a historiografia, as recomendações deste capitão-general apontavam para a necessidade de se instituir, e civilizar e instruir os colonos – majoritariamente compostos de índios, escravos africanos e homens livres pobres – visando mantê-los naqueles “espaços vazios”, seja fundando novas vilas e

povoados, ou mesmo defendendo os territórios fronteiriços.

Os Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade (1734-1789), a título de exemplo, revelam algumas informações relativas às ações de civilidade estabelecidas pelos governadores e capitães-generais de Mato Grosso, na perspectiva de uma educação restrita à preservação da sobrevivência e dentro da ordem colonial:

Anais de 1773 – Vila Bela

[...] Em 13 do mesmo novembro ordenou Sua Excelência (governador, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres) que as casas desta Vila se continuassem para a parte do nascente, que o [ilegível]... Maior altura determinar, e goza de um ambiente sadio. Determinou nova delineação de ruas e travessas com respectivo desenho (Anais de Vila Bela/Anais de 1773, p. 190).

Já os Anais do Sennado da Câmara do Cuyabá (1719-1830) resultaram da combinação de quatro vetores: Os Estatutos ou Posturas de Vila Bela da Santíssima Trindade, o trabalho individual do advogado licenciado José Barbosa de Sá, a “carta proposta” do Provedor da Fazenda Real, Felipe José Nogueira Coelho, doutor em leis pela Universidade de Coimbra, e uma Ordem Régia de Dona Maria Primeira:

Registros de Memória

Anais de 1772 – Vila de Cuiabá

[...] No dia 4 de Outubro pelas cinco horas da tarde entrou nesta Villa vindo pello caminho de terra o Illustrissimo e Excellentissimo General que ainda hoje existe governando,

Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, foi recebido na entrada da Villa pela Camara que o esperava em huma caza rica mente ornada, que para esse fim que se armou na paragem, e rua chamada a mandioca, e dahi conduzido debaixo de palio, que carregarão seis Republicanos, e acompanhados da mesma Camara, Nobreza, e Povo para a Igreja Matris, onde o esperava paramentado de capa o Reverendo Parocho como a mais eclerezia da terra, e depois de feitas as serimonias do incenso, e beijamento da Crus, entrou o dito Parocho o Tè Deum Laudamus, que proseguio a Muzica. Findo este acto se recolheo da mesma fôrma para a rezidencia, que se lhe havia preparado, dando lhe os corpos auxiliar, e ordenanças as descargas do estillo; o que feito, e practicados as mais circunstancias de vidas, nessa mesma noite, e nas duas seguintes illuminarão os moradores as suas cazas. Depois houverão varios festeijos de óperas, e Comedias em tablado público, além de danças, bailes, e outros festeijos, que durarão por muitos dias, sendo em todos geral o contentamento. Aqui se demorou té o dia tres de Novembro em que se digressou para a Capital de Mato Grosso pelo caminho de terra [...] (Anal do Sennado da Câmara do Cuiabá, Ano 1772.)

Da leitura dos anais de 1772, percebe-se, na descrição do documento redigido pelo segundo vereador do Sennado da Camara da Vila de Cuiabá, que se trata de uma atividade festiva, realizada por ocasião da visita do Capitão-General, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, governador da capitania de Mato Grosso, à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá, onde são apresentados elementos que reforçam *status* ou melhoria da elite local, bem como o envolvimento da camada média nos

festejos, caracterizando de certa maneira, uma instrução informal, de cunho cultural e de natureza pública, inscrevendo-se na civilidade das aparências, constituindo um ornamento a ser ostentado pelos indivíduos socialmente privilegiados. Isso oportunizou à população em geral adquirir refinamento de hábitos, uma vez que muitos membros da sociedade colonial mato-grossense, representada pelas elites (fazendeiros, grandes comerciantes, burocratas do Estado), a camada média (profissionais liberais, baixo clero, professores, funcionários públicos, militares, ambos de médio posto e pequenos comerciantes) e os homens livres e pobres (militares de baixa ou nenhuma patente, mineiros e pequenos agricultores), composta por homens rústicos que não sabiam ler, escrever ou contar.

Considerando que o mundo colonial era regido por leis escritas, saber ler e escrever era um aprendizado necessário, não só aos filhos das elites mas, também e principalmente, aos homens livres pobres e índios, visto que deveriam ter acesso ao conjunto de normas reguladoras da vida na sociedade colonial.

De outro, considerando o exíguo número de escolas de primeiras letras, visto a pobreza da grande maioria das vilas da fronteira Oeste, como poderia essa maioria colonos – homens pobres e analfabetos – compreender como se comportar, como agir, como falar, como cumprimentar, enfim, como conviver com a minoria de colonizadores? Naturalmente, deveriam eles, pela imitação, pelo arremedo, pela repetição de gestos, modos e até pelo uso da língua, se comunicar com o universo colonizador e compreender e respeitar os códigos legais, impossíveis de serem lidos, mas passíveis de serem respeitados, seja pela sua repetição oral, por ouvir dos bandos, sermões, julgamentos e até mesmo pelas encenações das quais participavam, visto que públicos.

Portanto, a empiria selecionada, mas ainda sendo compulsada, é de grande relevância e têm ofertado pistas sobre formas escolares de socialização, principalmente aquelas centradas nos comportamentos e determinações expressos nos atos institucionais e reguladores emitidos pela Coroa lusitana, pelo Senados da Câmara das Vilas ou pela Igreja Católica, para obediência e cumprimento pela sociedade colonial, em especial a mato-grossense.

A esse respeito, os *Anais de Vila Bela (1734-1789)* - nos anos de 1773 e 1774 - registraram as memórias dos vereadores Antônio Ribeiro Leite e Domingos M. da Silva, ocupantes da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade (Cabeça de Governo), nos respectivos anos:

[...] Em 13 de novembro de 1773. Ordenou Sua Excelência, o Governador da Capitania de Mato Grosso, Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, algumas providências para que o sargento-mor de auxiliares, Marcelino Rodrigues Camponês, passasse ao distrito de Araés, com particulares instruções tendentes a regular e civilizar os seus moradores que, pela distância desta Vila, viviam em uma notória negligência, incivilidade e desordem, quando, aliás, podia ser um distrito útil pelas suas férteis minas, ainda que de baixo toque o seu ouro [...]. (Grifo Nosso).

[...] Em 9 de maio de 1774, partiu para o distrito do Araés o Sargento-mor Marcelino Rodrigues Camponês, para dar execução às ordens de Sua Excelência, recebidas no ano próximo passado, e que se dirigiam a regular e civilizar os moradores daquele distrito. Dele tinham chegado notícias de que o vigário da freguesia da Anta, na Capitania de Goiás, a quem pertencia a jurisdição eclesiástica naquela povoação, a título de visitador e juiz eclesiástico, tinha oprimido gravemente os seus pobres moradores,

extorquindo-lhes grossas parcelas de ouro por condenações. Presume-se que Sua Excelência poria na presença de Sua Majestade aquela violência, cujas⁴³ circunstâncias lhe seriam mais notórias [...]. (Grifo nosso).

O breve relato desses homens públicos provoca curiosidade a respeito das relações cotidianas e culturais estabelecidas pela sociedade colonial mato-grossense, especialmente na Vila-Capital, localizada na fronteira oeste da América portuguesa, no século XVIII. Nestes anais, os vereadores chamam a atenção para os feitos dignos de memória, anotados em datas muito próximas às dos acontecimentos. Quanto às descrições escritas do governador e capitão-general Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, fidalgo lusitano e militar de carreira, suas recomendações apontam indícios de uma “educação para civilizar”, onde o aprendizado estava diretamente associado ao “comportamento e costumes”, ambos sustentados nas regras e discursos das autoridades coloniais e direcionadas a todos os homens livres, mas especialmente aos livres pobres, escravos africanos, índios, mestiços, fugitivos ou prisioneiros, tidos potencialmente como perigosos, para que se tornassem súditos obedientes às ordens reais. Mas, alterar comportamento não se mostrava suficiente, sendo o mais importante torná-los diligentes e operosos.

Considerando que dentre a camada humilde difundiu-se o aprender-fazendo, aspecto relevante na luta pela sobrevivência, esse setor da sociedade adquiria os rudimentos necessários para garantir a subsistência e para reproduzir papéis que lhes eram reservados nessa sociedade que beirava à estamental, mas que a todos exigia um mínimo de civilidade. Nessa medida, aqueles que se circunscreviam ao espaço da “barbárie” deveriam, ao menos, manter, na aparência e

no conviver cotidiano, um comportamento aceitável e minimamente civilizado.—Portanto, as práticas cotidianas e representações desses sujeitos sociais na fronteira guaporeana, no século XVIII, fossem eles negros, índios e brancos, apontados na empiria, possibilitam visualizar aspectos particulares de uma cultura vivenciada, transmitida e trocada, além dos muros “escolares”, cuja precisão e clareza de significados nos remetem ao diálogo que Guimarães Rosa estabeleceu com seus personagens em *Grandes Sertão e Véredas* “[...] O mais importante e bonito do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior⁴⁴ [...]”

Como já explicitado, as práticas escolares vivenciadas pelas diferentes categorias sociais presentes na região de fronteira, compreendida como uma ampla gama de condições, nas quais encontram-se e confrontam-se com temporalidades, ambientes, culturas, etnias, gêneros e estilos de vida distintos, os elementos de socialização e transmissão apreendidos, fazendo-os membros dessa sociedade.

Considerações Finais

O estudo, ainda incipiente, dos Anais de Vila Bela e da Vila Real de Cuiabá, assim como de documentos de registros de memória do século XVIII, teve como objetivo conhecer as modalidades e formas diversificadas de educação em Mato Grosso no período colonial, sob a perspectiva das práticas culturais (educativas) e escolares embutidas nos ordenamentos, porém, materializadas através da disseminação de valores e normas de comportamentos que teriam sua realização através de estratégias não formais de educação, capazes de fazer conhecidas e

respeitadas as ações civilizadoras portuguesas na América.

Das análises preliminares dessas fontes, depreendeu-se que, muito antes do estabelecimento das reformas pombalinas da educação e da criação das aulas régias, a população da capitania de Mato Grosso já construía importantes relações com as práticas educativas que poderiam tanto resultar no aprendizado da leitura e da escrita ou da gramática; quanto no aprendizado de ofícios mecânicos (construção de fortificações), ou até mesmo adquirindo hábitos e costumes ditos civilizados, tendo por base exemplos e imitações.

Considerando o trabalho ainda rudimentar da nossa investigação, propomo-nos a ampliar o olhar e a concepção sobre os conceitos de instrução e civilização, visto que, se o primeiro remeteu ao aprendizado de conteúdos, restritos a uma exígua população que frequentava as escolas, mas absorvido pelos analfabetos, pelo processo de imitação e repetição, como foi o caso dos soldados que defendiam a fronteira e construía fortes e fortalezas, sem ao menos ter qualquer conhecimento escolarizado. O segundo de caráter genérico, estendendo-se para todos, podendo ser absorvido tanto pela população que frequentava as primeiras letras como pela grande massa populacional que dela se encontrava excluída, a exemplo dos escravos, índios e homens livres pobres. O aprendizado da civilização e do bem conviver em sociedade, nessa medida, se fazia no cotidiano do viver colonial, expressando-se tanto através do ensino regular, como também e, sobretudo, pelo processo de convivência social. Exemplo disso são os serviçais domésticos que, por conviver estreita e diretamente com a família, deveriam conhecer as normas e valores morais da família e da sociedade, daí o papel relevante dos sermões declamados nas missas e rituais católicos,

frequentado tanto pelas elites como pelos excluídos.

Nessa medida, o aprendizado se dava não pelo uso das mãos, escrevendo, tampouco pelos olhos, lendo, mas por este observar e imitar gestos dos “educadores”, guardando claramente as mensagens e repassando-as a terceiros, recitando rezas e orações muitas vezes em latim, cantando ladainhas e novenas, enfim, internalizando, com isso, valores essenciais para a boa sociedade.

Vale lembrar que ao colonizador interessava que todos os segmentos da sociedade compreendessem os códigos e regulamentos expressos na legislação, a fim de que se comportassem de acordo com os limites da lei, o que garantiria um estado de bem-estar social, com um mínimo de conflitos. Mas, a grande maioria não sabia ler e tampouco escrever, o que dificultava a compreensão dessas regras pela letrada. Assim, ensinar esses códigos pelos mais variados métodos e formas, eis o grande segredo do bem viver no mundo colonial.

Por outro lado, o mesmo bem-estar estava ligado também às práticas e hábitos de cada segmento, visto que cada qual deveria compreender e se conformar com o seu papel nessa sociedade quase estamental, dominadora e excludente. Porém, todos deveriam manter um mínimo de identidade que os unia enquanto espaço colonizado: falar a mesma língua e saber o seu lugar e papel no teatro colonial.

Nossa investigação objetiva, ao final da pesquisa, desvendar as diversas formas de aprendizagem, numa demonstração de que ler e escrever eram espaços privilegiados dos filhos das elites, porém, compreender e respeitar a hierarquia social, reconhecer os que mandavam, distinguindo-os dos que eram mandados, saber se colocar no lugar que lhes era reservado, conhecer minimamente a legislação, compreender os códigos de comportamento social e as punições aplicadas a cada falta que se cometia, assim como aprender ofícios e artes era dever de todos.

³¹ Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a História da Educação Colonial em Mato Grosso, entre os anos de 1748 a 1822, que desenvolvo como tese de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso e integra as investigações na área da História da Educação realizadas pelo grupo de pesquisa, *História, Educação e Memória* (GEM), vinculado ao PPG/UFMT, sob a orientação do Prof. Dr. Nicanor Palhares Sá.

³² Historiadora da Área Técnica e Científica do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) - ICHS / UFMT.
³³ “Sertão” [...] lugares não povoados, não necessariamente áridos - ao contrário, às vezes extremamente úmidos, como as capitâneas de São Vicente e São Paulo, berço dos bandeirantes que desbravaram o interior da colônia de norte a sul. Alcântara Machado, em *Vida e morte do bandeirante*, afirma que a palavra “sertão” já aparece nos inventários paulistas dos séculos XVI e XVII, como a “denunciar que para o sertão esta voltada constantemente a alma coletiva”, pois ele foi “o centro solar do mundo colonial”. Espaço desconhecido, atraente e misterioso a um só tempo, despertava o ímpeto do desbravamento, o sonho do enriquecimento rápido e fácil. “Trazia, porém, o risco das forças destrutivas da “natureza rebelde”: onças, tigres “ e outros bichos mui indômitos, desertos e miasmas, febres e peçonhas”, além das populações muitas vezes confundidas com a própria fauna, os “ negros da terra” [...] mas foi Sérgio Buarque quem valorizou o tema, refletindo sobre a noção de fronteira no período colonial. Contrapôs o ambiente litorâneo, marcado pela agroexportação nordestina, com a “civilização” do interior, baseada na agricultura de subsistência - os trigais – fruto da conquista das matas selvagens pelos bandeirantes e mamelucos (VAINFAS, 2000, p. 528-529).

³⁴ Já o conceito de *fronteira* utilizado no presente estudo, diz respeito ao sentido conferido por Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e Fronteiras*, seja como uma abrangência que transcende o significado mais usual do termo, enquanto signo de fixação das populações no espaço, mas, sim, acionado para a ideia de *entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelados mais ativos, mais robustos, ou melhor, equipados.* (HOLANDA, 1994, p.12-13).

³⁵ O termo *Escolarização* é entendido aqui como “o processo e a paulatina produção de referências sociais, tendo a escola ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados” (FARIA FILHO, 2008, apud VEIGA, FONSECA, 2008, p. 78). Sublinha ainda os autores que as atenções devem estar voltadas para o que se tem chamado de “implicações/dimensões sociais, culturais e políticas dos diversos sujeitos sociais e à emergência da profissão docente no Brasil”. [...] Para o ensino estatizado, cabe também o uso do termo *escolarização*, que para o ensino formal, pode ser designado: “O estabelecimento de processos e

políticas concernentes à “organização” de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados” (Idem, 2008, p.78).

³⁶ [...] Em 1759, o governo português desmantelou toda uma estrutura administrativa escolar baseada na educação religiosa jesuítica, instituindo, em seu lugar as *Aulas Régias*. O Estado luso estatizou o ensino, ao constituir um sistema determinado e controlado pelo Estado, que pela primeira vez assumia diretamente a responsabilidade da educação, tornando-a leiga ou laica, embora a religião católica continuasse obrigatoriamente presente [...] No campo ideológico, percebemos a influência do movimento ilustrado na proposta educacional então planejada, que pregava o progresso científico e a difusão do saber, ao mesmo tempo em que tentava manter privilégios típicos do Antigo Regime, como uma educação especial para a nobreza, numa composição própria do despotismo esclarecido (STEPHANAU E BASTOS, 2004, p. 180- 181).

³⁷ Aulas Régias foi o sistema de ensino implantado com a Reforma dos Estudos Menores de 1759 baseava-se, portanto, nas Aulas de humanidades, que eram denominadas de maneira geral de Aulas Régias. É oportuno assinalar que no Despotismo Ilustrado a palavra régio tem um caráter ambíguo, porque ao mesmo tempo em que remete à figura do monarca, reiterando uma tradição absolutista, que persiste período afora, representa também o avanço que o termo traz, pela contraposição à tradição de ensino por parte da Igreja. Nesse caso, as Aulas Régias significavam as Aulas que pertenciam ao Estado e que não pertenciam à Igreja. Também na educação manifesta-se o Regalismo. (Idem, 2004, p.182)

³⁸ Para Fonseca (2009, p.12) “ [...] a investigação sobre a educação no período colonial pode, assim, levar em conta a diversidade e as particularidades da sociedade brasileira de então, considerando-se também suas especificidades regionais. Isso significa colocar, no centro das problematizações possíveis, a existência de ideias acerca de uma educação escolar de matriz europeia, calcada em seus modelos de civilidade e progresso, em seus preceitos políticos e morais e sua implantação numa sociedade mestiça, que relia e reelaborava os pressupostos europeizantes, no contexto de outras práticas. Dessa maneira, muitas delas podiam adquirir novos significados, mesmo quando mantinham suas formas originais, incorporando valores advindos tanto de suas matrizes europeias quanto de outras referências culturais. Nesse sentido, o papel de grupos e de indivíduos é crucial para a compreensão desses movimentos na perspectiva de mudanças e de permanências, atuando como mediadores entre tempos, espaços e culturas [...]”.

³⁹ A Carta Lei de 11 de novembro de 1772 estabelece o imposto do subsídio literário, cuja arrecadação era destinada ao pagamento dos mestres do período colonial. Trata-se da arrecadação feita a partir da produção de vinho, vinagre (Portugal) e, em seus domínios, sobre a produção de aguardente e carne de boi abatida nos açougues.

⁴⁰ Os estudos Menores eram uns conjuntos de disciplinas ensinadas em colégios e destinadas à preparação de alunos que pretendessem seguir estudos universitários. Eles foram instituídos em Portugal no século XVI, e com a reforma de ensino levada a efeito pelo Marquês de Pombal, passaram a ser da responsabilidade do Estado (Alvará de 28/6/1759). (Em geral constavam de Latim, Gramática Latina, Retórica, Grego e Filosofia, e algumas vezes também História, Eloquência e Geometria). A partir do alvará de 10/11/1772 os Estudos Menores passaram a ser custeados pelo Subsídio Literário (Carlos Francisco Moura. O Ensino em Mato Grosso no século XVIII e início do XIX).

⁴¹ AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli (Organizadoras). *Anais de Vila Bela 1734–1789*. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006

⁴² SUZUKI, Yumiko Takamoto (Transcrição e organização). *Annaes do Sennado da Câmara do Cuyabá (1719- 1830)*. Cuiabá-MT: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

⁴³ Os escravos constituíam uma significativa parcela da sociedade mato-grossense. Era essa camada social composta de negros africanos ou seus descendentes e pelos índios, conhecidos como “negros da terra”. Representavam uma mercadoria, podendo ser vendidos e até mortos por seus proprietários (ver. Siqueira, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002, p.59).

⁴⁴ GUIMARÃES ROSA. Grande Sertão e Veredas, 1984, p. 21.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864*. Campo Grande: EdUFMS, 1984.

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli (Orgs.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006.

SUZUKI, Yumiko Takamoto (Org.). *Annais do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Cuiabá, MT: Entrelinhas/Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

- CATÁLOGO DE VERBETES *dos documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Mato Grosso (1720-1827)*. Campo Grande: CMAEF, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes fazer*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima e VEIGA, Cynthia Greive. *História e Historiografia da Educação no Brasil*. In: Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Trilhando caminhos, buscando fronteiras: Sérgio Buarque de Holanda e a História da Educação no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Pensadores sociais da educação* (Org.). 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- GUIMARÃES ROSA. *Grande Sertão e Véredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOURA, Carlos Francisco. *O Ensino em Mato Grosso no século XVIII e Início do XIX*. Separata de CONVERGÊNCIA. Revista Cultural do Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura. Ano II, n.º 3, Rio de Janeiro, Julho/Dezembro de 1977.
- ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria *Terra da Conquista - História de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. *História e memória da educação no Brasil*. v. 1: séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil - Colonial – 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.